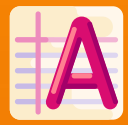


relatório de gestão

prestação de contas 2018
plano de trabalho 2019



a RGCoop está de cara nova



reportagens, cases e artigos



pautas inéditas e temas relevantes



visual exclusivo



GeracaoCoop
OcergsSescoopRS
EcoopRS



GeracaoCoop
OcergsSescoopRS



GeracaoCoop



SescoopRSoficial



SescoopRS.coop.br

cooperativismo
A GRANDE FORÇA DO RIO GRANDE

INTERAÇÃO
COOPERATIVISTA
PARA UM MUNDO
MELHOR

SESCOOP/RS
Serviço Nacional de Aprendizagem do
Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul

6	Ocergs Organização Cooperativa
8	Ocergs Organização Sindical
10	Sescoop/RS
12	Formação Profissional
14	Promoção Social
16	Monitoramento
18	Escoop
20	Prestação de contas Plano de Trabalho 2019 - Ocergs
32	Prestação de contas Plano de Trabalho 2019 - Sescoop/RS

su_ má_ r i o



Esta é uma publicação do Sistema Ocergs-Sescoop/RS
Rua Félix da Cunha, 12 – Bairro Floresta
Porto Alegre – RS – CEP 90570.000
Fone geral: (51) 3323.0000
ocergs@ocergs.coop.br
www.ocergs.coop.br

Coordenação
Assessoria de Comunicação
E-mail: imprensa@ocergs.coop.br
Fone: (51) 3323.0049

Fotografia e Comissão Editorial
Leonardo Machado, Luiz Junior,
Rafaeli Minuzzi e Ana Bülow

Projeto gráfico e editoração
Stampa Comunicação Corporativa
www.stampacom.com.br
stampa@stampacom.com.br
(51) 3023.4866 – (51) 9.8317.7000

Impressão
Gráfica: Ideograf
Tiragem: 700 exemplares

Dados obtidos até 31/12/2018

PRESIDÊNCIA DO SISTEMA OCERGS-SESCOOP/RS

Vergilio Frederico Perius

SUPERINTENDÊNCIA DA OCERGS

Norberto Tomasini

DIRETORIA DA OCERGS

Efetivos	Suplentes
Irno Pretto • Diretor Técnico Sindical	Alcides Mandelli Stumpf
Fernando Dall'Agnese	Alexandre Fróes Michelin
Margaret Garcia da Cunha	Imanjara A. Marques de Paula
Iloir de Pauli	Erineo José Hennemann
Darci Hartmann • Diretor-secretário	José Alberto Pacheco Ramos
Valdir Bernardo Feller	Cesar Valmor Aguiar
Roberto Brezolin	

CONSELHO FISCAL DA OCERGS

Efetivos	Suplentes
João Vicente Bassols	Ana Lucia de Mello
José Paulo Kraemer Salerno	Ernesto Enio Budke Krug
Paulo Abreu Barcellos	Renato Pereira Martins

CONSELHO DE ÉTICA DA OCERGS

Efetivos	Suplentes
Adelar Steffler	Alexandre Dall'Agnese
Diamantino Marques dos Santos	Kurt Grenzel
Gelson Bridi	Antonio Johann
Samir El Ammar	Agenor Casaril
Jorge Antônio Martines	Julio Cesar Cordova Maciel



Vergilio Frederico Perius

Presidente do Sistema Ocergs-Sescoop/RS

O relatório apresenta resultados que evidenciam o desempenho do Sistema Ocergs-Sescoop/RS em ações que visam à qualificação das cooperativas para uma gestão mais eficiente, com ênfase no desenvolvimento econômico e social do cooperativismo gaúcho.

O Seminário Gaúcho do Cooperativismo reuniu dirigentes, docentes e representantes do movimento cooperativista com foco na busca de caminhos para um desenvolvimento cada vez mais sustentável e inovador nas cooperativas. Além de contar com a apresentação de *cases* de inovação e sustentabilidade, propiciou o debate sobre o impacto da velocidade das mudanças nas áreas de atuação das cooperativas e a necessidade de que elas estejam integradas em uma economia colaborativa cada vez mais impulsionada por novas tecnologias.

Na esfera da representação institucional, ressaltamos a participação e protagonismo na discussão e encaminhamento de pautas em defesa das cooperativas, com destaque para a construção do REFAZ, programa especial de

CONSELHO TÉCNICO SINDICAL DA OCERGS

Irno Augusto Pretto • Diretor Técnico Sindical
Arno Malheiros
Juliano Pacheco Machado
Tiago Machado

SUPERINTENDÊNCIA DO SESCOOP/RS

Norberto Tomasini
Gerson José Laueremann

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SESCOOP/RS

Efetivos	Suplentes
Darci Pedro Hartmann	Marco Antonio Machado
José Milton Cunha Mirenda	Engelberto José Henn
José Zordan	Maria Zélia Höhn
Márcio Port	Jânio Vital Stefanello
Vergílio Frederico Perius	Geâne Nazaré Ferreira

CONSELHO FISCAL DO SESCOOP/RS

Efetivos	Suplentes
Ari Rosso	Jairton Nunes Vieira
Leocesar Nicolini	Cleuberto Demarchi
Alexei Eduardo Gobbi	Valter Augusto Heinz

quitação e parcelamento, e para a entrega do documento “Plataforma para Governo e Parlamento Gaúchos 2019-2022” a candidatos ao Governo do Estado, Congresso Nacional e Assembleia Legislativa, com apresentação de propostas e projetos de políticas públicas do cooperativismo gaúcho. Foram realizados também encontros das Frencoops para discutir junto aos vereadores e deputados legislações em consonância aos interesses das cooperativas.

O foco de atuação voltado ao aperfeiçoamento da governança e gestão das cooperativas ficou assinalado através dos processos de profissionalização e qualificação de associados e empregados. Na área de Formação Profissional, foram capacitadas 38.052 pessoas em 1.579 eventos.

A Promoção Social beneficiou 360.933 pessoas, com destaque para o Programa Aprendiz Cooperativo, que capacitou 2.416 jovens em 80 municípios, e o Aprendiz Cooperativo do

Campo, que ampliou o alcance do programa, beneficiando 128 jovens e colaborando para a perpetuidade familiar no campo.

O Dia de Cooperar contou com 9.841 voluntários de 307 cooperativas e entidades parceiras, totalizando 251.056 pessoas beneficiadas em 186 municípios gaúchos.

O Monitoramento atuou com foco na qualidade da gestão cooperativa, na credibilidade perante terceiros e na transparência junto ao quadro social. O Programa de Autogestão foi trabalhado como projeto estruturante nas ações do Sistema. Também foram desenvolvidas e executadas capacitações de conselheiros, seminários, workshops, fóruns técnicos e a elaboração da revista Expressão do Cooperativismo Gaúcho.

O planejamento estratégico para 2019 segue com foco na realização de ações que visam ao fortalecimento do setor e o desenvolvimento econômico e social das cooperativas do Rio Grande do Sul.



Sindicato e Organização das Cooperativas
do Estado do Rio Grande do Sul

OBJETIVOS FINALÍSTICOS

- Apoiar as cooperativas na sua inserção em mercados.
- Contribuir para o aperfeiçoamento do marco regulatório do cooperativismo e induzir a implementação de políticas públicas.
- Fortalecer a representação política e institucional do cooperativismo.
- Fortalecer a imagem do Sistema Ocergs e divulgar os benefícios do cooperativismo.
- Fomentar, produzir e disseminar conhecimentos para o cooperativismo gaúcho.

OBJETIVOS DE GESTÃO

- Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos.
- Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas.
- Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos.
- Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos.
- Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores.



Apresentação de **plataforma cooperativista** a candidatos do Governo e Parlamento e encontro com as Frentes Parlamentares de Apoio ao Cooperativismo (Frencoops) em todos os níveis (Municipal, Estadual e Federal).



APOIO ÀS COOPERATIVAS ESCOLARES

130 cooperativas com **4.100** jovens associados.



DEFESA DO "S" COOPERATIVO

Representação institucional

A Ocergs tem como principal atividade a representação político-institucional do cooperativismo gaúcho. Busca promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas, colaborando para a qualidade de vida de todos, gerando trabalho, distribuindo riquezas e movimentando a economia em diversos setores. É ainda o órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas. Através da representação político-institucional, busca promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas. É uma entidade civil de natureza privada, sem fins lucrativos, com abrangência e base territorial no Estado do Rio Grande do Sul, integrada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) como representante da categoria econômica das cooperativas.

A Ocergs promove o cooperativismo como modelo econômico e social, que gera e produz riquezas de forma proporcional ao trabalho de cada associado, e apresenta soluções para todos os ramos de atividade econômicas, sempre no intuito de incentivar o cooperativismo e melhorar a vida de todos. A atuação da entidade de representação de um importante setor da economia, protagonista na questão social e econômica, se dá das mais diferentes formas. Seja através de conferências, conselhos gestores, audiências públicas ou consultas públicas, é por meio da atuação da Ocergs que o cooperativismo defende seu posicionamento e convicção perante os poderes constituídos, nas mais diferentes instâncias de representação seja para aprovar legislações, regulamentações e políticas públicas, ou até mesmo para rejeitar ou alterar decisões que possam prejudicar a atuação das cooperativas.

Atender aos anseios de representação das cooperativas do Rio Grande do Sul registradas na Ocergs é a nossa principal missão. Precisamos nos fazer ouvir, dando legitimidade democrática aos processos decisórios, ressaltando que defendemos cooperativas distintas com expectativas diferentes. Estamos conectados às novas tecnologias e na busca incessante e permanente de diminuir as distâncias e aumentar a eficiência da representação.



Sindicato e Organização das Cooperativas
do Estado do Rio Grande do Sul

APRESENTAÇÃO

Ocergs – Sindicato é a entidade patronal que representa a categoria econômica das cooperativas no Rio Grande do Sul, atuando na defesa de seus interesses através da negociação e celebração de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

A cada data-base, o Sindicato Ocergs, como sua principal atribuição, negocia com a representação dos trabalhadores em Cooperativas as cláusulas econômicas e sociais que regulam as relações trabalhistas.



CONVENÇÕES E ACORDOS

25 acordos e convenções de trabalho celebrados, beneficiando **100 cooperativas** e os seus mais de **15.000 colaboradores**, dos ramos Crédito, Agro e Transporte.



AÇÕES DA ASSESSORIA JURÍDICA

40 encontros com a assessoria jurídica Sindical e Trabalhista dos advogados José Pedro e Ermes Pedrassani, para auxiliar as cooperativas e apoiar as demandas judiciais de dissídio coletivo.

14 processos de Dissídio Coletivo instaurados.



ENCONTROS E SEMINÁRIOS

3 encontros regionais para discussão dos impactos da Reforma Trabalhista nas Negociações Coletivas, nas cidades de Farroupilha, Cruz Alta e Não-Me-Toque, contabilizando **90 participantes**.

Organização Sindical

Conselho Técnico Sindical

Órgão consultivo e opinativo de matéria de natureza sindical, orientando a Ocergs na defesa dos interesses das cooperativas.

Tem em sua composição atual Arno Malheiros, Juliano Pacheco Machado e Tiago Machado, e presidido pelo diretor Técnico Sindical, Irno Pretto.

Em 2018, reuniu-se para discutir a reforma trabalhista e seus impactos, e os desdobramentos da Contribuição Sindical e Confederativa. Apoiou também as cooperativas nas atividades sindicais e negociações coletivas.

Assembleia Geral Extraordinária/2018

O Sindicato Ocergs realizou no dia 21 de dezembro, na sede do Centro de Formação Profissional Cooperativista – CFPC, em Porto Alegre, uma Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou por unanimidade a não obrigatoriedade da cobrança sindical para 2019.

Criou-se, na oportunidade, a instituição da Contribuição Confederativa, após aprovação pela maioria presente na AGE, para a manutenção das atividades sindicais.

Comitê Sindical

Sob a coordenação da CNCOOP reúnem os membros do Comitê, com o intuito de discutir, em âmbito nacional, temas relevantes e de interesse das cooperativas.

Na busca de um alinhamento sistêmico com todas as unidades da Federação, o Comitê Sindical discutiu amplamente, através de videoconferências, a sustentabilidade sindical, com a criação da nova contribuição confederativa.

O Comitê Sindical do Ocergs é integrado pelo diretor Técnico Sindical, Irno Pretto; assessores jurídicos do Sindicato Ocergs, José Pedro e Ermes Pedrassani; conselheiro técnico sindical, Tiago Machado e analista administrativo da Ocergs, Pedro Malheiros.

Arrecadação

Em 2018, as receitas angariadas foram provenientes da arrecadação da Contribuição Sindical e Assistencial, oriunda das negociações coletivas realizadas pelo Sindicato, permitindo dotação orçamentária para a manutenção das atividades sindicais e defesa dos interesses da categoria.



22.626
Contribuição Sindical 2018



546.392
Contribuição Assistencial 2018



SESCOOP/RS

Serviço Nacional de Aprendizagem do
Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul

OBJETIVOS FINALÍSTICOS

- Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo.
- Promover a profissionalização da gestão cooperativista.
- Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional.
- Promover a profissionalização da governança cooperativista.
- Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas.
- Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança no trabalho e de qualidade de vida.
- Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental.



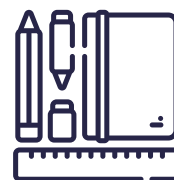
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Foram capacitadas **38.052** pessoas em
1.579 eventos.



DIA C – DIA DE COOPERAR

O evento beneficiou **251.056** pessoas e mobilizou **9.841** voluntários com participação de **307** cooperativas e entidades parceiras, em todo o RS.



APRENDIZ COOPERATIVO

O Programa capacitou **2.416** jovens em
80 municípios.

Sescoop/ RS

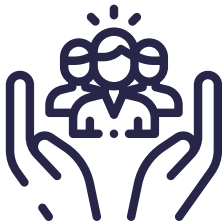
O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande Do Sul (Sescoop/RS) promove a cultura cooperativista e a sustentabilidade das cooperativas. Atua em três áreas para melhorar a qualidade de vida e bem-estar de seus associados, empregados e familiares.

Formação profissional – aprender para crescer



Incentiva a formação, qualificação e capacitação profissional, ampliando e fortalecendo a atuação dos associados e empregados das cooperativas. Entre as atividades dessa área estão o desenvolvimento, execução e avaliação de programas de aperfeiçoamento profissional, graduação acadêmica, graduação tecnológica, pós-graduação e qualificação/capacitação profissional. São várias formas de estudar e se aperfeiçoar dentro do cooperativismo!

Promoção social – cuidar para fortalecer



Leva aos trabalhadores das cooperativas e suas famílias iniciativas em educação, saúde, cultura e integração social, que se transformam em melhores resultados para toda a comunidade. Uma das atividades de promoção social é o Dia C. Celebrado anualmente, o evento beneficia milhares de pessoas com ações de voluntariado que formam uma grande corrente do bem. Já o Festival O Rio Grande Canta o Cooperativismo leva, através da música, a cultura gaúcha e os valores da cooperação para todo o Estado.

Monitoramento – acompanhar para desenvolver



Esta área de atuação do Sescoop/RS monitora as cooperativas, orientando para as boas práticas de gestão e governança, buscando seu desenvolvimento sustentável. Cuidando da qualidade da gestão, as cooperativas crescem sem perder o foco na preservação dos princípios cooperativistas.

Formação profissional

Atividade finalística do Sescoop/RS voltada à formação, qualificação e capacitação dos empregados e associados das cooperativas do Rio Grande do Sul. Responsável pelo desenvolvimento, execução e avaliação de programas, projetos e ações de formação profissional, em convergência com as diretrizes estratégicas da instituição. Esta área contribui para o alcance dos seguintes objetivos estratégicos:

- Promover a profissionalização da gestão cooperativista;
- Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional;
- Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança do trabalho e de qualidade de vida;
- Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores.

RECURSOS APLICADOS EM PROJETOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL



14.327.027
Investimento total



38.052
Beneficiários



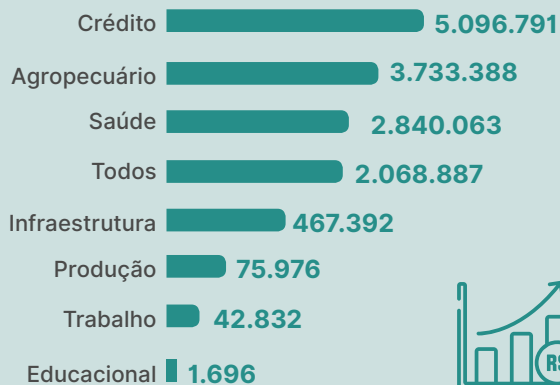
1.579
Eventos/turmas



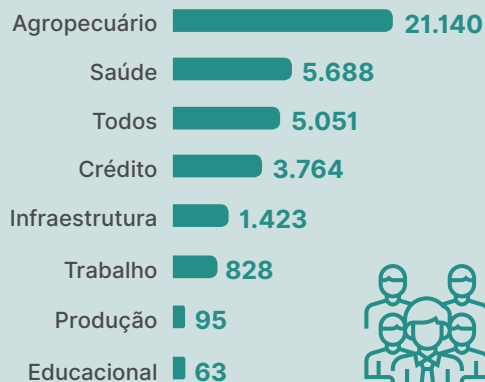
71.254
Carga horária

RECURSOS APLICADOS POR RAMO DE ATIVIDADE

Investimento por Ramo (R\$)

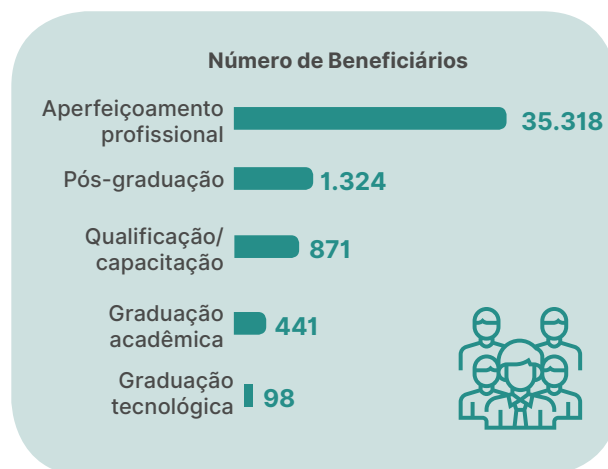
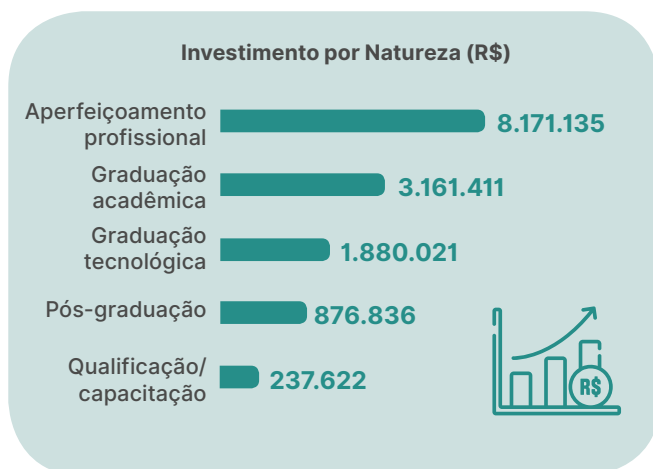


Número de Beneficiários

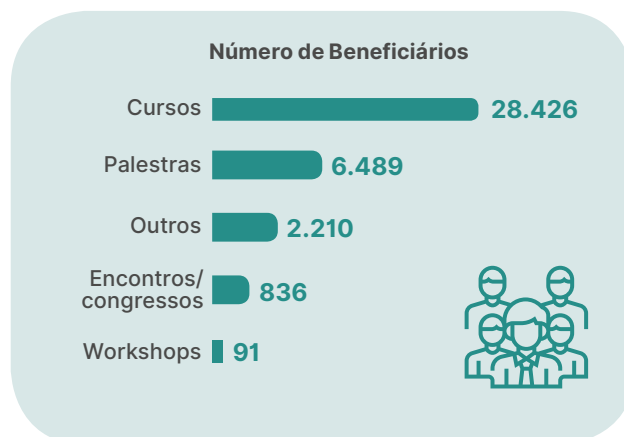


Formação profissional

RECURSOS APLICADOS POR NATUREZA

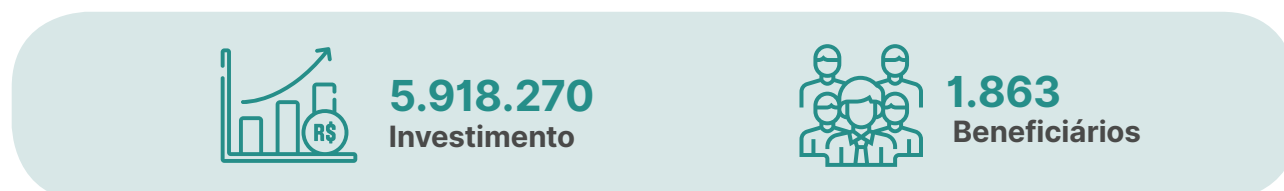


RECURSOS APLICADOS POR TIPO DE EVENTO



BOLSAS DE ESTUDOS

Com investimento de R\$ 5.918.270 e contemplando 1.863 beneficiários, o Sescorp/RS contribuiu para a formação profissional de empregados e associados de cooperativas de diversos ramos, concedendo bolsas de estudos para cursos de graduação e pós-graduação.



Promoção Social



13.089.682
Investimento



360.933
Beneficiários

A área finalística do Sescop/RS de Promoção Social alcançou 360.933 beneficiários diretos, entre associados de cooperativas, colaboradores, familiares e programas com participação das comunidades vizinhas das cooperativas gaúchas.

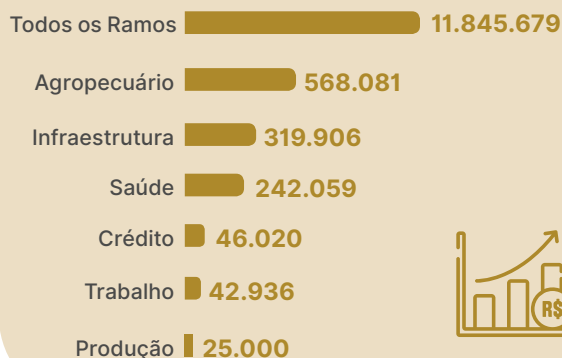
Os 13 ramos do cooperativismo foram contemplados com programas dirigidos à educação, integração social, meio ambiente, cultura, saúde, geração de renda e campanha de comunicação. Dentre as ações promovidas pela área, podemos destacar o Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, que ganha corpo e se configura como um programa maduro de estímulo para a permanência do jovem no campo, abrigado por uma cooperativa que lhe dará respaldo técnico, comercial e de diversas outras estruturas necessárias para a viabilidade econômica de sua propriedade.

Outro programa de destaque é o Dia C – Dia de Cooperar, que contou com a participação das cooperativas gaúchas, com seus 9.841 voluntários, que beneficiaram 251.056 pessoas.

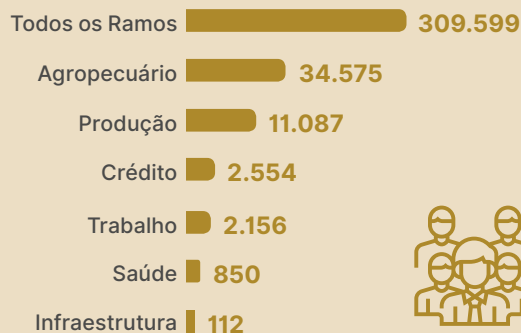
Em 2018, o Dia C no Rio Grande do Sul teve a participação de 307 cooperativas e aconteceu em 186 diferentes cidades do Estado. Também marcou o ano de 2018, o Programa de Educação e Cultura Cooperativista, que culminou com o 11º Festival O Rio Grande Canta o Cooperativismo, neste ano realizado na cidade de Pedro Osório. Mais de 2.400 pessoas entre crianças, jovens, mulheres e lideranças, participaram da programação de diversos eventos que ocorreram entre os meses de março e novembro.

RECURSOS APLICADOS POR RAMO DE ATIVIDADE

Investimento por Ramo (R\$)



Número de Beneficiários



RECURSOS APLICADOS POR NATUREZA

Investimento por Natureza (R\$)



Promoção Social

Programa Aprendiz Cooperativo



5.496.000
Orçamento



2.416
Jovens
beneficiados



80
Municípios
abrangidos



1.000/1.400
Carga horária

O Programa Aprendiz Cooperativo é realizado no Rio Grande do Sul desde 2007. São sete cursos oferecidos pelo Sescop/RS às cooperativas gaúchas: Auxiliar Administrativo, Serviços de Supermercado, Assistente para Manufatura de Calçados, Eletrotécnico Básico, Processamento de Carnes, Processamento de Leite e Derivados e Aprendiz Cooperativo do Campo.

Para a realização do Programa há um forte aporte de recursos por parte do Sescop/RS e uma grande mobilização de entidades, cooperativas, que cotizam os mais de 2.400 jovens. Além de cumprirem o rito legal dos contratos, as cooperativas recebem estes jovens e

aplicam as aulas práticas dentro de seus estabelecimentos.

No final do Programa, muitos destes jovens são contratados como empregados regulares destas cooperativas, passando a fazer parte de seu quadro funcional. Já são muitos os casos de jovens que iniciaram suas carreiras profissionais como aprendizes e hoje ocupam funções de destaque nas cooperativas.

Vale destacar também a aprendizagem proporcionada a Pessoas Com Deficiência (PCDs). Neste período, foram formados 63 PCDs, sendo que a metade deles está participando em turmas exclusivas e a outra metade está participando em turmas mistas.

Aprendiz Cooperativo do Campo



668.472
Orçamento



128
Jovens
beneficiados



6
Municípios
abrangidos



1.104
Carga horária

O Programa Aprendiz Cooperativo do Campo, em 2018 se consolida como um dos principais programas de estímulo ao jovem para sua permanência no campo e a promoção da perpetuação do negócio

familiar de maneira gradual, técnica e com ênfase na sustentabilidade do empreendimento, sempre ligado a uma cooperativa que fornece suporte adequado para cada tipo e tamanho de cada propriedade rural.

Livros Editados

A Editora Sescop/RS publica livros de conteúdo técnico e histórico registrando temas relevantes ao cooperativismo gaúcho. Em 2018, o Sescop/RS adquiriu nove títulos, totalizando 16.200 unidades.



9 Novos livros



16.200 Unidades

Monitoramento

Programa de Autogestão

Para auxiliar as cooperativas no desenvolvimento de sua autogestão, o Sescop desenvolve ações de aprendizagem pautadas no conceito de sustentabilidade, pelo qual as cooperativas se tornam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmen-

te corretas, mantendo suas características societárias e respeitando os princípios do cooperativismo. Para isso, adotaram-se três eixos que direcionam as ações de desenvolvimento da autogestão: societário, gestão e econômico-financeiro.

Eixo Societário - Programa de Acompanhamento da Gestão das Cooperativas (PAGC)

Programa focado em resguardar as características que distinguem as cooperativas dos demais tipos societários, conforme definem as leis cooperativistas. Através de avaliações,

ele revela o quanto a cooperativa está alinhada ao mercado, com orientações e planos de melhoria por meio do Instrumento de Acompanhamento da Gestão Cooperativista.



21 Visitas Técnicas



77 Visitas Devolutivas

Eixo Governança e Gestão – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC)

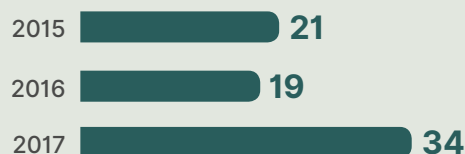
O Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC) é um dos programas do Sescop voltados ao desenvolvimento da autogestão das cooperativas. Seu objetivo principal é promover a adoção de boas práticas de gestão e de governança pelas cooperativas. A metodologia utilizada está pautada no *Modelo de Excelência*

da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), um modelo referencial utilizado para promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações. Aplicado em ciclos anuais, visa à melhoria contínua a cada ciclo de planejamento, execução, controle e aprendizado.



33 Novas adesões

Histórico de adesões



Monitoramento

Eixo Desempenho – Programa de Desenvolvimento Econômico-Financeiro

Este programa foi criado para cadastrar e consolidar os balanços contábeis, financeiros e sociais das cooperativas brasileiras, com foco na promoção da autogestão econômico-financeira por meio da análise de indicadores e cenários.

Foco estratégico

- Qualidade da Gestão Cooperativa;
- Credibilidade perante terceiros;
- Transparência junto ao quadro social;

Resultados esperados

- Acompanhamento da Gestão da Cooperativa.
- Acompanhamento socioeconômico das cooperativas (confiabilidade e comparabilidade das informações);
- Melhoria no Sistema de Controles Internos;
- Geração de informações para a tomada de decisão;
- Levantamento da necessidade de treinamento;
- Pesquisa de mercado (*benchmarking*) para comparar o seu desempenho ao do setor, ao longo dos anos.

Fórum Técnico do Programa Autogestão



20 Cooperativas presentes do Ramo Agropecuário



53 Participantes

Visitas Técnicas Devolutivas



26 Cooperativas do Ramo Agropecuário



5 Cooperativas do Ramo Transporte



131 Participantes nas reuniões

Intercoop

Evento com o objetivo de evidenciar a participação do cooperativismo na economia nacional, oportunizando a identificação das possibilidades de melhorias nos negócios das cooperativas, a realização de *benchmarking* e parcerias estratégicas com outras cooperativas.



29 Total de cooperativas presentes



21 Ramo Agropecuário



08 Ramo Transporte



58 Total de participantes



40 Ramo Agropecuário



18 Ramo Transporte



11 Total de participantes



Sescoop/RS



Escoop



FACULDADE DE TECNOLOGIA DO COOPERATIVISMO

APRESENTAÇÃO DA ESCOOP

Qualificar profissionais para participarem ativamente com competência na gestão das cooperativas, conciliando teoria, prática e técnicas administrativas com a história e doutrina cooperativista;

Formar profissionais capazes de responder aos desafios da sociedade e cooperativas em contínua transformação.



815 alunos formados na Escoop em **2018**.



GRADUAÇÃO

96 alunos concluíram o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas entre **2012** e **2018**.



PÓS-GRADUAÇÃO

185 alunos concluíram o Curso de Especialização com foco na moderna gestão das cooperativas entre **2012** e **2018**.



EXTENSÃO

750 certificados emitidos em **2018** nos cursos de extensão, alinhados às Políticas de Extensão da IES.

Faculdade do Cooperativismo – **Escoop**

Cursos de **especialização**

Gestão de Cooperativas em **andamento** (*Lato Sensu*)



33
alunos

MBA em Gestão Estratégica
do Agronegócio (Não-Me-Toque)



34
alunos

MBA em Gestão de
Cooperativas (Bahia)



60
alunos

MBA em Gestão de
Cooperativas (Porto Alegre)

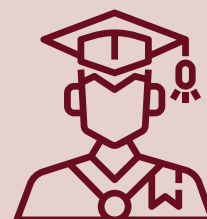


30
alunos

MBA em Gestão de Cooperativas
Vitivínicas (Farroupilha)

Gestão de Cooperativas **finalizados** (*Lato Sensu*)

- ▶ MBA em Gestão de Cooperativas (Fortaleza)
- ▶ MBA em Gestão de Cooperativas (Belém)
- ▶ MBA em Gestão de Cooperativas (Porto Alegre)
- ▶ MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio (Porto Alegre)
- ▶ MBA em Gestão de Cooperativas (Emater)
- ▶ MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio (Santa Maria)
- ▶ MBA em Gestão de Cooperativas (Pelotas)
- ▶ MBA em Gestão de Cooperativas Odontológicas (Porto Alegre)
- ▶ MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio (Cruz Alta)
- ▶ MBA em Auditoria e Contabilidade Cooperativa (Porto Alegre)
- ▶ MBA em Gestão de Pessoas em Organizações Cooperativas (Porto Alegre)



Núcleo de **Pesquisa**



A Faculdade mantém projetos nas linhas de pesquisa **Identidade Cooperativa** e **Gestão Cooperativa**, notadamente ligados a programas de Iniciação Científica em seus cursos de graduação e pós-graduação.



OCERGS

Sindicato e Organização das Cooperativas
do Estado do Rio Grande do Sul

Prestação de **contas** Plano de **trabalho 2019**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis compostas pelo balanço patrimonial, demonstração dos resultados, dos fluxos de caixa, mutações do patrimônio social e notas explicativas a seguir apresentadas, além de se prestarem ao cumprimento dos dispositivos legais, que tratam dos itens que compõem a prestação de contas anual, traduzem a preocupação da diretoria com a transparência das informações repassadas ao público de interesse.

Devidamente aprovadas pelo Conselho Fiscal e referendadas pela diretoria, com relatório de opinião dos auditores independentes, sem ressalva, exibem, em números, a segurança com que as operações e finanças da Ocergs são geridas, no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho e em consonância com o planejamento orçamentário.

**OCERGS - SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
Porto Alegre - RS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em reais)

ATIVO			2018	2017
CIRCULANTE			5.856.354	5.613.846
Caixa e Bancos			54.771	35.699
Aplicações Financeiras		NE 3.2 NE 4	5.743.206	5.473.776
Outros Créditos		NE 5	20.878	75.936
Despesas Pagas Antecipadamente		NE 3.3	37.499	28.435
NÃO CIRCULANTE			2.497.245	2.598.446
Investimentos		NE 6	44.166	40.781
Imobilizado		NE 7	2.265.709	2.367.532
Bens Imóveis			2.147.567	2.147.567
(-) Amortização Acumulada		NE 3.4	(214.757)	(122.718)
Bens Móveis			629.162	618.673
(-) Depreciação Acumulada		NE 3.4	(296.263)	(275.990)
Intangível		NE 7	187.370	190.133
Direitos de Propriedade			195.734	195.734
(-) Amortização Acumulada		NE 3.4	(8.364)	(5.601)
TOTAL DO ATIVO			8.353.599	8.212.292
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			2018	2017
CIRCULANTE			443.392	469.277
Obrigações a Pagar			25.429	59.445
Encargos Sociais e Impostos a Recolher			143.726	139.478
Provisões de Férias e Encargos			274.237	250.354
Contingências a Pagar			-	20.000
PATRIMÔNIO SOCIAL			7.910.207	7.743.015
Patrimônio Social		NE 10	7.910.207	7.743.015
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			8.353.599	8.212.292

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em reais)

APURAÇÃO DO RESULTADO			2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS			8.155.680	8.448.155
Contribuição Cooperativista			7.414.691	6.970.265
Contribuição Sindical/Assistencial		NE 8	569.027	1.415.833
Outras Receitas Correntes			171.962	62.057
DESCONTOS SOBRE RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			(1.171.710)	(1.300.664)
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS			6.983.970	7.147.491
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			(6.816.778)	(5.165.413)
Receitas Financeiras			515.420	639.693
Despesas Financeiras			(2.513)	(2.010)
Despesas Administrativas			(141.355)	(167.502)
Despesas com Viagens			(104.737)	(119.544)
Despesas com Serviços de Terceiros			(154.147)	(89.645)
Despesas com Diretoria			(692.756)	(667.173)
Despesas com Pessoal			(2.531.441)	(2.292.257)
Cédula de Presença			(125.414)	(95.407)
Despesas com Assessoria Técnica			(59.483)	(56.091)
Despesas com Eventos/Encontros/Seminários			(2.347.492)	(1.096.787)
Despesas Tributárias			(162.795)	(144.727)
Despesas com Sindicato		NE 9	(905.065)	(949.489)
Depreciações e Amortizações			(85.362)	(75.557)
Outras Despesas Operacionais			(49.590)	(56.004)
Ganho com Investimento			4.101	7.087
Alienação de Bens Móveis			25.851	-
SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO			167.192	1.982.078
		NE 10		

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em reais)

MÉTODO INDIRETO	2018	2017
Superávit do Exercício	167.192	1.982.078
Ajustes para Reconciliar o Superávit do Exercício:		
Depreciações e Amortizações	170.075	158.240
Constituição de provisões para Contingências	(20.000)	-
Pagamento de provisões para Contingências	-	(1.000)
Resultado com Investimento	(4.101)	(7.087)
Superávit Ajustado	313.166	2.132.231
Redução (aumento) nos Ativos:	45.993	(19.677)
Outros Créditos	55.058	(23.822)
Despesas Pagas Antecipadamente	(9.065)	4.145
Aumento (redução) nos Passivos:	(5.885)	(193.513)
Obrigações a Pagar	(34.016)	(150.591)
Encargos Sociais e Impostos a Recolher	4.248	6.459
Provisões de Encargos	23.883	(49.381)
RECURSOS LÍQUIDOS GERADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	353.274	1.919.041
Recursos de Caixa Utilizados nas Atividades de Investimentos	(64.772)	(39.368)
Adições aos Investimentos	717	(3.816)
Adições ao Ativo Imobilizado	(65.489)	(35.552)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes	288.502	1.879.673
Disponibilidades no Final do Exercício	5.797.977	5.509.475
(-) Disponibilidades no Início do Exercício	5.509.475	3.629.802
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes	288.502	1.879.673
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)		

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em reais)

Valores	2018	2017
Saldo no início do exercício	7.743.015	5.760.937
Superávit do exercício	167.192	1.982.078
NE 11		
Saldo no fim do exercício	7.910.207	7.743.015
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(valores expressos em reais)

NOTA 1. OBJETO SOCIAL E REPRESENTATIVIDADE

A OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objeto principal o registro, a certificação e a representação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, consoante a orientação e sob a coordenação da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. A Entidade obteve em 2001 o registro sindical, passando a constar no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES como representante da categoria econômica das cooperativas, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação comercial e fiscal vigente, com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, obedecidas as disposições emanadas das Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Entidade não está obrigada à aplicação das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

3.1. REGIME DE ESCRITURAÇÃO

A OCERGS adota o regime de competência para o reconhecimento das despesas e o regime de caixa para o reconhecimento das receitas.

3.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão acrescidas dos rendimentos proporcionalmente incorridos até a data do balanço, remuneradas pela variação do CDI.

3.3. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

As despesas antecipadas foram registradas no ativo circulante e estão sendo apropriadas mensalmente pelo regime de competência.

3.4. IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

A depreciação e amortização do imobilizado e intangível, respectivamente, foi calculada pelo método linear sobre o valor contábil dos bens com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, não sendo consideradas estimativas de vida útil e valor residual recuperável.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Ocergs opera com duas instituições financeiras: a Caixa Econômica Federal, que possui a exclusividade na operacionalização da cobrança da Contribuição Sindical e a Cooperativa de Crédito Sul Riograndense – Sicredi União Metropolitana/RS, para o recebimento da Contribuição Cooperativista e demais operações bancárias.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e estão vinculadas a produtos com remuneração pós-fixada e indexadores de rendimentos, que variam de 99,50% a 101,00% do CDI.

Disponibilidades	2018		Total 2018	2017		Total 2017
	Organização			Organização		
	Cooperativa	Sindical		Cooperativa	Sindical	
Fundo Fixo de Caixa	4.000	–	4.000	4.000	–	4.000
Conta Caixa Econômica Federal	–	1.690	1.690	–	464	464
Conta Cooperativa Sicredi	48.083	999	49.081	24.829	6.406	31.235
Soma Caixa e Bancos	52.083	2.690	54.771	28.829	6.870	35.699
Aplicações Financeiras Sicredi	5.132.957	610.249	5.743.206	4.631.347	842.429	5.473.776
Total das Disponibilidades	5.185.039	612.937	5.797.977	4.660.176	849.299	5.509.475

NOTA 5. OUTROS CRÉDITOS

Compreende créditos a receber, conforme composição abaixo, os quais, após deduzidos das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, resultam em valor líquido de R\$ 20.877 em 2018 e R\$ 75.936 em 2017.

Rubricas	2018	2017
Contribuição Cooperativista a Receber	34.138	85.173
Aluguéis a Receber	49.501	47.992
Adiantamentos a Empregados	15.428	39.056
Convênios de Apoio Financeiro	-	35.495
Adiantamentos a Terceiros	5.450	1.385
Soma (antes da Provisão p/ Cred. Liq. Duvidosa)	104.517	209.101
Provisão p/ Créd. Liq. Duv. Contribuição Cooperativista	(34.138)	(85.173)
Provisão p/ Créd. Liq. Duv. Aluguéis a Receber	(49.501)	(47.992)
Soma (Provisão p/ Cred. Liq. Duvidosa)	(83.639)	(133.165)
Total dos Outros Créditos (Valor Líquido)	20.878	75.936

• O crédito de R\$ 34.138 refere-se ao saldo das contribuições que não foram liquidadas pelas cooperativas, resultantes do convênio para recolhimento da contribuição cooperativista formalizado entre OCB e a OCERGS em 29 de novembro de 2017 (Processo Administrativo nº 098/2017), onde foram estabelecidos como piso e teto para o exercício de 2018, os valores de R\$ 670,00 e de R\$ 146.000,00, respectivamente.

A base de cálculo constitui-se da importância composta por 0,2% do valor do capital social integralizado, acrescido de quaisquer fundos e reservas registradas no patrimônio líquido existentes no encerramento do exercício social, excluídas a reserva de reavaliação, a de ajuste de avaliação patrimonial e as sobras e perdas à disposição da Assembleia.

Os créditos de Contribuição Cooperativista estão registrados pelo valor total, sendo que 40% dos valores recebidos foram repassados à OCB e 60% foram registrados como receita da OCERGS, em conformidade com o dispositivo no convênio para recolhimento da Contribuição Cooperativista firmado entre as partes. A Administração optou pela constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa do valor histórico das contribuições não recebidas.

• O crédito de R\$ 49.501 refere-se ao contrato firmado com a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Vendas do Brasil Ltda. – CIACOOB, que tinha por objeto a locação do Imóvel localizado na Travessa Leonardo Truda nº 98, 4º andar. Face ao não pagamento dos aluguéis no período de setembro de 2007 a setembro de 2008, foi ajuizada ação de cobrança de locativos (Processo nº 001/1.09.0115331-5). A ação teve sentença de procedência que fora reformada pelo TJRS. Foi protocolizado e admitido Recurso Especial, o qual teve julgamento procedente no STJ. O processo retornou para o TJRS e a apelação da CIACOOB foi negada, confirmando-se a sentença de procedência. A decisão que negou o recurso da CIACOOB transitou em julgado, sendo que o feito atualmente foi reatuado como cumprimento de sentença. A Administração optou pela correção dos valores pela variação do INPC, mantendo a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor corrigido dos aluguéis não recebidos.

• O crédito de R\$ 5.450 é composto pelo saldo de R\$ 1.060, verificado no cartão de crédito institucional, utilizado para o pagamento das despesas com alimentação em eventos da Entidade e por R\$ 4.390 referentes ao saldo das terceiras intervenientes Cresol, Uniced e Sicoob do contrato de prestação de serviços jurídicos firmado com o escritório Guedes e Pedrassani, para atuação nas demandas das cooperativas de crédito junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

NOTA 6. INVESTIMENTOS

Os investimentos compreendem as seguintes participações:

Investimentos	Valor Contábil 2017	Atualização Aquisição	Baixas	Valor Contábil 2018
Participação Cooperativa Sicredi	36.507	3.567	-	40.073
Telefônica Brasil S.A.	3.274	(181,87)	-	3.092
Instituto Gaúcho do Leite – IGL	1.000	-	-	1.000
Total dos Investimentos	40.781	3.385	-	44.166

NOTA 7. COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO E DO INTANGÍVEL

Imobilizado e Intangível	Taxas Deprec. Amortiz.	Valor Residual Contábil 2017	Movimentação no Período				Valor Residual Contábil 2018
			Adições	Baixas	Deprec. Amortiz.	Baixas Deprec. Amortiz.	
I – Imobilizado		2.367.532	65.489	(55.000)	(167.311)	55.000	2.265.709
Bens Imóveis		2.024.849	-	-	(92.039)	-	1.932.810
Prédios	4,29%	2.024.849	-	-	(92.039)	-	1.932.810
Bens Móveis		342.683	65.489	(55.000)	(75.273)	55.000	332.899
Instalações	10%	54.048	-	-	(6.228)	-	47.820
Mobiliário	10%	91.029	-	-	(11.269)	-	79.760
Veículos	20%	106.698	62.273	(55.000)	(41.133)	55.000	127.838
Máquinas e Equipamentos	10%	45.860	800	-	(10.846)	-	35.814
Equipamentos de Informática	20%	1.020	-	-	(314)	-	704
Equipamentos de Comunicação	10%	35.556	1.612	-	(4.283)	-	32.885
Outros Bens Móveis	10%	8.472	804	-	(1.200)	-	8.076
II – Intangível		190.133	-	-	(2.763)	-	187.370
Softwares	20%	10.133	-	-	(2.763)	-	7.370
Marcas e Patentes	-	180.000	-	-	-	-	180.00
Total Imobilizado/Intangível		2.557.665	65.489	(55.000)	(170.075)	55.000	2.453.079

NOTA 8. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A Ocergs realizou no dia 18/01/2018, no Centro de Formação Profissional Cooperativista, em Porto Alegre/RS, a Assembleia Geral Extraordinária, onde foi aprovado que o recolhimento da contribuição sindical deixaria de ser obrigatório e passaria a ser recolhido de forma espontânea por parte da cooperativa. Conforme disposto no Artigo nº 580, inciso III da Consolidação das Leis do Trabalho, a Contribuição Sindical consiste em importância proporcional ao capital social, que forma o patrimônio líquido da cooperativa. No exercício de 2018, o valor mínimo a ser recolhido foi de R\$ 97 e a contribuição máxima de R\$ 45.935, de acordo com a tabela aprovada pelo CNCOOP, referendada pela Assembleia Geral da OCERGS.

NOTA 9. RESULTADO DAS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A OCERGS apurou um superávit consolidado de R\$ 167.192 no exercício de 2018. Este montante é o resultado dos R\$ 503.231 referentes ao superávit das atividades da organização cooperativa e do déficit de R\$ 336.038 apurados com a prestação de serviços na área sindical, decorrentes da execução das receitas e despesas a seguir especificadas:

RECEITAS OPERACIONAIS	Organização Sindical		Variação 2018/2017
	2018	2017	
RECEITAS OPERACIONAIS	569.027	1.415.833	(846.806)
Contribuição Sindical	22.634	1.148.605	(1.125.971)
Contribuição Assistencial	546.392	267.228	279.164
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(905.065)	(949.489)	44.424
Receitas Financeiras	38.934	102.175	(63.241)
Despesas Financeiras	(1.790)	(3.810)	2.020
Despesas Administrativas	(8.836)	(11.677)	2.841
Despesas com Viagens	(21.699)	(36.036)	14.337
Despesas com Serviços de Terceiros	(102.000)	(106.072)	4.072
Despesas com Diretoria	(423.788)	(408.176)	(15.612)
Despesas com Pessoal	(265.877)	(355.050)	89.173
Cédula de Presença	(9.939)	(3.327)	(6.612)
Despesas com Assessoria Técnica	–	(1.219)	1.219
Despesas com Eventos/Encontros/Seminários	(14.871)	(17.721)	2.850
Despesas Tributárias	(10.838)	(25.074)	14.236
Depreciações e Amortizações	(84.714)	(82.683)	(2.031)
Outras Despesas Operacionais	(312)	(819)	507
Ganhos com Investimentos	666	–	666
(DÉFICIT) SUPERÁVIT APURADO NO EXERCÍCIO	(336.038)	466.344	(802.382)

NOTA 10. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O quadro abaixo demonstra a evolução do Patrimônio Social nos últimos cinco anos.

Exercício	Superávit (Déficit) do Exercício			Patrimônio Social
	Organização		Total	
	Cooperativa	Sindical		
2014	1.106.855	296.220	1.403.075	2.790.568
2015	1.112.793	446.784	1.559.577	4.350.145
2016	950.423	460.368	1.410.791	5.760.936
2017	1.515.734	466.344	1.982.078	7.743.014
2018	503.231	(336.038)	167.192	7.910.207

NOTA 11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos relevantes entre a data do encerramento do exercício social e da elaboração das demonstrações contábeis (23/01/2019) que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira da Entidade.

Porto Alegre/RS, 31 de dezembro de 2018.

Vergilio Frederico Perius
Presidente
CPF 009.116.740-04

Norberto Tomasini
Superintendente
CPF 183.577.410-53

Alvaro Luis Brendler
Contador CRCRS 046988/O-0
CPF 387.388.800-91



NARDON / NASI
Audidores & Consultores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros da
OCERGS – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Porto Alegre-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da OCERGS – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OCERGS – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse assunto.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e avaliar se os valores contidos no mesmo estão consistentes com as demonstrações contábeis e também com base no nosso conhecimento obtido durante a auditoria, possa haver distorções de fatos relevantes. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 – 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97



NARDON / NASI
Auditores & Consultores

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ênfase

A Entidade adota o procedimento de registrar as contribuições das cooperativas, tanto as cooperativistas como as sindicais/assistenciais, pelo regime de caixa. Todas as contribuições são lançadas nas contas correntes a receber de cada cooperativa e no mesmo ato provisiona todo o valor como perda, o que equivale a reconhecer a receita na medida em que vai recebendo efetivamente os valores. Assim sendo, todos os valores pendentes de recebimento estão provisionados integralmente como perda. Como as contribuições são anuais, os valores a receber no final do exercício são efetivamente de recebimento duvidoso. Dessa forma, nossa opinião mencionada no primeiro parágrafo deste relatório não se modifica em relação a este assunto.

Porto Alegre, RS, 18 de janeiro de 2019.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS Nº 542 - CVM Nº 303/4 - OCB Nº 15


Antonio Carlos Nasi
Sócio Responsável
Contador CRC-RS n.º 13.494/O

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 - 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE - RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97





PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO 2018

Os membros do Conselho Fiscal da OCERGS – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no cumprimento de suas atribuições regulamentares, analisaram os atos de gestão, a documentação das operações e as respectivas Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2018, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, julgando-as adequadas. Com base nas análises realizadas e amparados no Relatório dos Auditores Independentes, que examinaram as referidas Demonstrações Contábeis e emitiram relatório de opinião, sem ressalva, o Conselho Fiscal recomenda à Assembleia Geral da OCERGS a aprovação das contas do exercício encerrado em 31/12/2018.

Porto Alegre/RS, 25 de fevereiro de 2019.

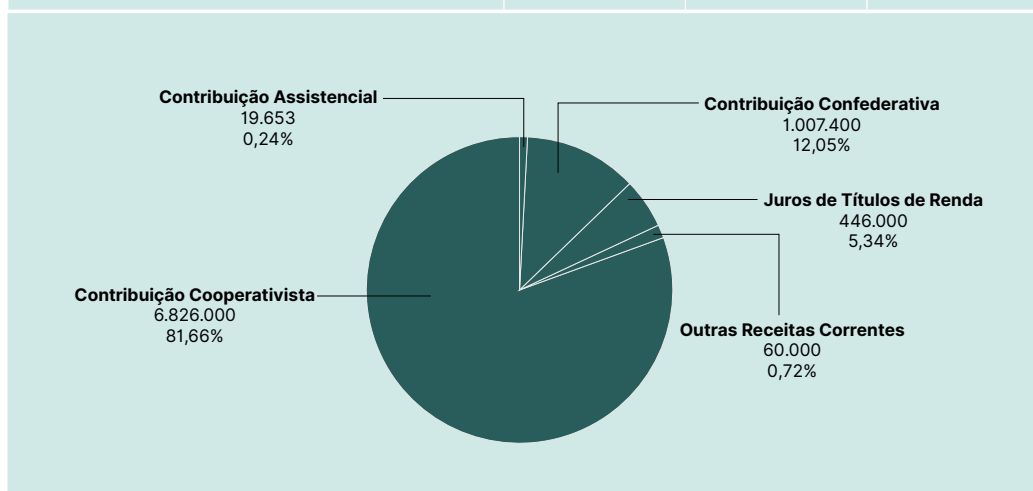

Paulo Abreu Barcellos
Conselheiro Coordenador


João Vicente Bassols
Conselheiro Secretário

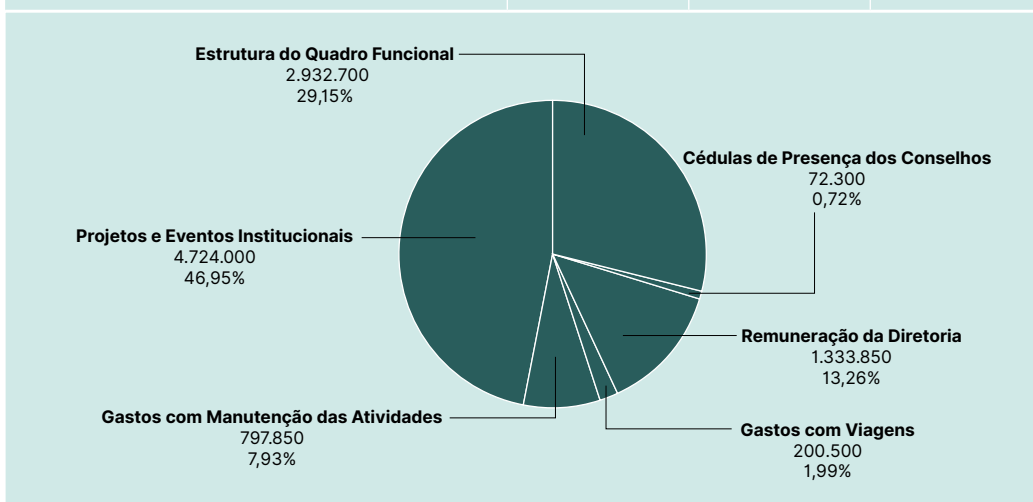

José Paulo Kraemer Salerno
Conselheiro

PLANO DE TRABALHO EXERCÍCIO 2019

Origem dos Recursos	Organização		Total
	Cooperativa	Sindical	
Contribuição Cooperativista	6.826.000	-	6.826.000
Contribuição Assistencial	-	19.653	19.653
Contribuição Confederativa	-	1.007.400	1.007.400
Juros de Títulos de Renda	420.000	26.000	446.000
Outras Receitas Correntes	60.000	-	60.000
Soma	7.306.000	1.053.053	8.359.053



Aplicação dos Recursos	Organização		Total
	Cooperativa	Sindical	
Estrutura do Quadro Funcional	2.801.900	130.800	2.932.700
Cédulas de Presença dos Conselhos	57.500	14.800	72.300
Remuneração da Diretoria	852.150	481.700	1.333.850
Gastos com Viagens	162.000	38.500	200.500
Gastos com Manutenção das Atividades	774.300	23.550	797.850
Projetos e Eventos Institucionais	4.376.000	348.000	4.724.000
Soma	9.023.850	1.037.350	10.061.200
Superávit (Déficit) Projetado	(1.717.850)	15.703	(1.702.147)
Total	7.306.000	1.053.053	8.359.053



OCERGS – PLANO DE TRABALHO 2019

	Objetivos	Linhas de ação	Valor	%
Objetivos Finalísticos R\$ 5.980.150 (59,44%)	1 - Apoiar as cooperativas na sua inserção em mercados	Promover rodadas de negócios, missões, visitas técnicas e participações em feiras nacionais e internacionais	245.000	2,44%
	2 – Fortalecer a representação política e institucional do cooperativismo	Fortalecer a participação da Diretoria e dos Conselhos da Ocergs em comissões, fóruns, conselhos, debates nacionais e internacionais	2.106.150	20,93%
		Fortalecer as ações das FRESCOOPS	60.000	0,60%
	3 – Fortalecer a imagem do Sistema Ocergs e divulgar os benefícios do cooperativismo	Implementar Política de Comunicação para unificar as mensagens do Sistema Ocergs e fortalecer a imagem do cooperativismo	115.000	1,14%
		Disseminar a função e a atuação do Sistema Ocergs	305.000	3,03%
	4 – Fomentar, produzir e disseminar conhecimentos para o cooperativismo gaúcho	Sistematizar e disseminar as leis, jurisprudência, regulações e políticas públicas afeitas ao cooperativismo	50.000	0,50%
		Promover o debate sobre os desafios atuais e futuros do cooperativismo e a especialização com foco na moderna gestão das cooperativas	1.495.000	14,86%
		Fomentar e disseminar a inovação e o desenvolvimento tecnológico nas cooperativas	1.136.000	11,29%
	5 – Defender os interesses da categoria econômica das cooperativas gaúchas	Fortalecer a Representação Sindical	212.000	2,11%
		Estruturar o sistema sindical cooperativista	30.000	0,30%
Consolidar a legitimidade sindical cooperativista		226.000	2,25%	
Objetivos de Gestão e de Sistema R\$ 4.081.050 (40,56%)	6 – Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores	Ampliar e intensificar o desenvolvimento das competências e de retenção de talentos, alinhados aos desafios do cooperativismo	70.000	0,70%
		Desenvolver os profissionais do Sistema, com ênfase em competências gerenciais e estratégicas	30.000	0,30%
	7 – Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas	Estruturar e aprimorar o modelo de gestão do relacionamento com as cooperativas	50.000	0,50%
	8 – Manutenção da Estrutura e Investimentos	Estrutura do quadro funcional	2.932.700	29,15%
		Gastos com viagens	200.500	1,99%
		Gastos com a manutenção das atividades	797.850	7,93%
Total do Plano de Trabalho - Exercício 2019			10.061.200	100,00%



SESCOOP/RS

Serviço Nacional de Aprendizagem do
Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul

Prestação de **contas** Plano de **trabalho 2019**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis compostas pelo balanço patrimonial, demonstração dos resultados, dos fluxos de caixa, mutações do patrimônio social e notas explicativas a seguir apresentadas, além de se prestarem ao cumprimento dos dispositivos legais que tratam dos itens que compõem a prestação de contas anual, traduzem a preocupação da diretoria executiva com a transparência das informações repassadas ao público de interesse.

Devidamente aprovadas pelo Conselho Fiscal e referendadas pelo Conselho Administrativo com relatório de opinião dos auditores independentes, sem ressalva, exibem, em números, a segurança com que as operações e finanças do SESCOOP/RS são geridas, no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho e em consonância com o planejamento orçamentário e normas de aplicação dos recursos.

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SESCOOP/RS
CNPJ 10.510.590/0001-56**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em reais)

ATIVO		2018	2017
CIRCULANTE		108.460.466	97.474.912
Caixa e equivalentes de caixa	NE 3	108.259.396	97.241.120
Outros créditos	NE 4	167.071	150.640
Despesas pagas antecipadamente	NE 5	33.999	83.152
NÃO CIRCULANTE		5.789.636	5.870.662
Investimentos	NE 6	421	-
Imobilizado	NE 7	5.705.883	5.797.293
Intangível	NE 8	83.331	73.369
TOTAL DO ATIVO		114.250.102	103.345.574
PASSIVO		2018	2017
CIRCULANTE		8.815.191	6.282.448
Contas a pagar	NE 9	6.615.279	4.627.545
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	NE 10	483.415	458.550
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	NE 11	1.079.169	935.472
Obrigações com convênios	NE 12	637.328	260.881
NÃO CIRCULANTE		265.000	100.000
Provisão para demandas judiciais	NE 13	265.000	100.000
PATRIMÔNIO SOCIAL		105.169.911	96.963.126
Patrimônio Social	NE 14	105.169.911	96.963.126
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.250.102	103.345.574

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS/DÉFICITS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em reais)

APURAÇÃO DO RESULTADO		2018	2017
RECEITA OPERACIONAL		39.552.002	37.162.226
Receita operacional líquida	NE 15	39.552.002	37.162.226
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(38.320.667)	(31.866.000)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	NE 16	(11.157.214)	(9.847.767)
Despesas administrativas	NE 17	(1.093.283)	(1.002.945)
Despesas institucionais	NE 18	(12.654.110)	(10.904.586)
Despesas de serviços de terceiros	NE 19	(14.365.517)	(13.737.197)
Despesas tributárias		(88.957)	(81.243)
Despesas com provisões		(165.000)	(50.000)
Despesas com depreciações e amortizações	NE 7/8	(528.396)	(320.109)
Outras receitas operacionais		1.572.143	4.077.847
Outras receitas não operacionais		159.667	-
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.231.336	5.296.226
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	NE 20	6.975.449	9.033.673
SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO		8.206.784	14.329.899

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em reais)

Especificações	Superávit acumulado	Total
Saldo de superávit acumulado em 31 de dezembro de 2016	82.633.227	82.633.227
Superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	14.329.899	14.329.899
Saldos acumulados de superávit parcial e integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	96.963.126	96.963.126
Superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2018	8.206.784	8.206.784
Saldos acumulados de superávit parcial e integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2018	105.169.911	105.169.911

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em reais)

MÉTODO INDIRETO	2018	2017
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Superávit líquido do exercício	8.206.784	14.329.899
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais	693.374	370.109
Depreciação e amortização	360.194	319.534
Resultado nas baixas e transferências do ativo imobilizado	168.202	575
Provisão para contingências	165.000	50.000
Resultado com investimentos	(21)	–
Superávit Ajustado	8.900.159	14.700.008
Redução (aumento) nos ativos	32.724	(69.835)
Outros créditos	(16.431)	(12.814)
Despesas pagas antecipadamente	49.153	(57.021)
Aumento (redução) nos passivos	2.532.743	115.582
Contas a pagar	1.987.734	(317.927)
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	24.864	78.482
Provisões trabalhistas e contingências	143.697	204.459
Obrigações com convênios	376.447	150.568
RECURSOS LÍQUIDOS GERADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.465.626	14.745.756
RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(447.348)	(410.961)
Adições aos investimentos	(400)	–
Adições ao ativo imobilizado	(405.548)	(400.744)
Adições ao ativo intangível	(41.400)	(10.217)
Aumento no caixa e equivalentes	11.018.277	14.334.795
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	97.241.120	82.906.325
No final do exercício	108.259.396	97.241.120
Aumento no caixa e equivalentes	11.018.277	14.334.795

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(valores expressos em reais, exceto quando indicado)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 03 de setembro de 1998, através da Medida Provisória nº 1.715/1998 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza parafiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12 do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo são definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do Sescoop evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional - o Sescoop Nacional, com sede em Brasília - e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens, confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O Sescoop está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos artigos 70 e 71 da Carta Magna e artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar relatórios à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que o Sescoop/RS é uma Entidade isenta, conforme previsto pela Lei 9.532/1997. De acordo com o inciso I do Artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, estando isento também da contribuição social.

As operações das unidades do Sescoop/RS são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse de recursos efetuados pelo Sescoop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Administrativo da entidade em 26 de março de 2019.

NOTA 2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. BASE DE APRESENTAÇÃO

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis do Sescoop/RS foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICADAS NA ELABORAÇÃO DESTAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do Sescoop/RS, especificamente as suas despesas, são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao Sescoop/RS são reconhecidas contabilmente quando da sua origem, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

2.2.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos, quando necessário, para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 7.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos e taxa de amortização, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 8.

2.2.5. Recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

O Sescoop/RS avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o Sescoop/RS reconheceria no resultado a perda por *impairment*.

2.2.6. Contas a pagar

As contas a pagar com fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao SESCOOP/RS bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do SESCOOP/RS e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o SESCOOP/RS possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação possa ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Diretoria Executiva: órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	114.860	120.176
Aplicações financeiras	108.144.536	97.120.944
Total	108.259.396	97.241.120

3.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
BB – Aplic. Curto Prazo	CDB - DI	637.328	260.565
CEF – Aplic. Curto Prazo	CDB - DI	101.356.350	95.121.154
CEF – Aplic. Curto Prazo	CDB - DI	2.222.285	1.739.225
Sicredi – Aplic. Curto Prazo	CDB - DI	3.928.573	-
Total		108.144.536	97.120.944

NOTA 4. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Clientes - PJ	7.642	5.420
Adiantamento de salários	852	-
Adiantamento de férias	85.491	74.071
Adiantamento para viagens	-	220
Adiantamento para despesas	250	-
Impostos a recuperar	6.846	-
Estoques	65.990	70.929
Créditos e valores a receber de terceiros - PJ (a)	216.190	216.190
Créditos e valores a receber de terceiros - PF (b)	5.500	5.500
(-) Provisão p/ perdas de valores a receber de terceiros - PJ	(216.190)	(216.190)
(-) Provisão p/ perdas de valores a receber de terceiros - PF	(5.500)	(5.500)
Total	167.071	150.640

(a) O crédito refere-se a repasses à Cooperativa de Educadores do Estado do Rio Grande do Sul Ltda., no exercício de 2001, contemplados pela Sindicância Sescop/RS nº 002/2006, instituída através da Portaria nº 016 de 23 de novembro de 2006 e que recomenda ao final a instauração de Tomada de Contas Especial, que foi executada através do Processo nº 116/07C, no qual foram apurados valores históricos dos repasses. Esgotadas as medidas administrativas, remeteu-se o referido processo em 23 de julho de 2007 ao Tribunal de Contas da União para adoção das medidas legalmente previstas em relação à matéria. Em 29 de dezembro de 2009, por determinação do Tribunal de Contas da União, o Sescop/RS ajuizou Ação de Cobrança mediante processo de natureza ordinária, que tramita na comarca de Sapucaia do Sul/RS, cujo processo foi tombado sob o nº. 035/1.09.0007717-0. Em 2010 a Entidade optou pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante do crédito. Após ter encerrado a perícia nos documentos integrantes do referido processo, encontra-se, agora, em fase de sentença;

(b) O crédito refere-se à contrapartida correspondente aos 30% das parcelas das bolsas de estudos não adimplidas pelos alunos matriculados no curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas ministrado pela Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP. Fez-se necessário o ajuizamento de execução visando a cobrança das mensalidades não quitadas, com a devida correção. A Entidade optou pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante do crédito.

NOTA 5. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Seguro de veículos	9.614	9.234
Seguro de bens imóveis	12.116	14.582
IPVA antecipado	12.269	-
IPTU antecipado	-	59.336
Total	33.999	83.152

NOTA 6. INVESTIMENTOS

Investimentos	31/12/2017	Aquisição	Atualização	31/12/2018
Participação Cooperativa Sicredi	-	400	21	421
Total	-	400	21	421

NOTA 7. IMOBILIZADO

Descrição	% Taxas anuais de depreciação	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciado	Líquido	
Imóveis	2,50%	2.915.516	(850.629)	2.064.887	2.126.055
Terrenos	-	2.502.792	-	2.502.792	2.502.792
Instalações	-	32.845	-	32.845	-
Móveis e Utensílios	10%	745.687	(541.089)	204.598	248.440
Veículos	20%	537.437	(82.766)	454.671	293.125
Máquinas e Equipamentos	10%	100.706	(71.591)	29.115	26.644
Equipamentos de Informática	20%	1.186.313	(809.723)	376.590	551.779
Equipamentos de Comunicação	10%	106.265	(65.880)	40.385	45.768
Outros bens móveis	10%	25.457	(25.457)	-	2.690
Total		8.153.018	(2.447.130)	5.705.883	5.797.293

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2018:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2018
Imóveis	2.126.055	-	-	(61.168)	2.064.887
Terrenos	2.502.792	-	-	-	2.502.792
Instalações	-	32.845	-	-	32.845
Móveis e Utensílios	248.440	17.122	(202)	(60.762)	204.598
Veículos	293.125	347.067	(168.000)	(17.521)	454.671
Máquinas e Equipamentos	26.644	7.781	-	(5.310)	29.115
Equipamentos de Informática	551.779	733	-	(175.922)	376.590
Equipamentos de Comunicação	45.768	-	-	(5.383)	40.385
Outros bens móveis	2.690	-	-	(2.690)	-
Total	5.797.293	405.548	(168.202)	(328.756)	5.705.883

NOTA 8. INTANGÍVEL

Descrição	% Taxas anuais de amortização	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Amortizado	Líquido	
Direito de uso de <i>software</i>	20%	402.600	(319.269)	83.331	73.369
Total		402.600	(319.269)	83.331	73.369

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2018:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2017	Adição	Baixa	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2018
Direitos de uso de <i>software</i>	73.369	41.400	-	(31.438)	83.331
Total	73.369	41.400	-	(31.438)	83.331

NOTA 9. CONTAS A PAGAR

São obrigações decorrentes dos compromissos assumidos por conta das aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio do SESCOOP/RS, com vencimento médio de 30 dias, cuja posição, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, está descrita a seguir:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores - PJ	2.087.366	1.419.997
Convênios de apoio financeiro (a)	4.527.913	3.207.548
Total	6.615.279	4.627.545

(a) O valor existente sob a rubrica de "Convênios de Apoio Financeiro" refere-se a projetos descentralizados, executados nas formas das Resoluções SESCOOP/RS nº 08/2007 e nº 92/2016, que tiveram sua execução e prestação de contas até 31 de dezembro de 2018, com o reembolso dos valores programados para o ano de 2019.

NOTA 10. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E IMPOSTOS A PAGAR

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos empregados e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, conforme descrito a seguir:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Encargos, consignações e impostos s/ folha de pagamento	389.688	369.667
Consignáveis de terceiros	87.412	84.955
Encargos sobre terceiros	6.315	3.928
Total	483.415	458.550

NOTA 11. PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes das folhas de pagamento dos empregados, conforme descrito a seguir:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Férias e abonos pecuniários com respectivos adicionais de 1/3	813.240	704.878
INSS sobre férias	192.738	167.155
FGTS sobre férias	65.059	56.390
PIS sobre férias	8.132	7.049
Total	1.079.169	935.472

NOTA 12. OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS

O valor refere-se aos convênios firmados para a realização de projetos especiais com utilização de recursos do Fundecoop (Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo), que tem como propósito apoiar ações que visem o desenvolvimento de sociedades cooperativas e seus integrantes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Projeto Especial – Fundecoop	637.328	260.881
Total	637.328	260.881

NOTA 13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Contingências cíveis (a)	50.000	50.000
Contingências trabalhistas	215.000	50.000
Total	265.000	100.000

Movimentação das demandas judiciais

Contingência	Número do processo	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Trabalhista	0021390-55.2017.5.04.0014	50.000	–	50.000
Trabalhista	0021858-40.2017.5.04.0007	–	50.000	50.000
Trabalhista	0020333-59.2018.5.04.0016	–	50.000	50.000
Trabalhista	0020397-60.2018.5.04.0019	–	50.000	50.000
Trabalhista	0020154-67.2018.5.04.0003	–	15.000	15.000
Cível	035/1.09.00007717-0	50.000	–	50.000
Total		100.000	165.000	265.000

(a) A provisão do processo nº 035/1.09.00007717-0 é referente ao processo judicial movido contra a Cooperativa de Educadores do Estado do Rio Grande do Sul Ltda., no exercício de 2001, contemplados pela Sindicância SESCOOP/RS nº 002/2006. O Tribunal de Contas da União determinou a adoção das medidas judiciais necessárias, quando então fora ajuizada Ação de Cobrança mediante processo de natureza ordinária, que tramita na comarca de Sapucaia do Sul/RS. Tendo em vista a classificação de ganho como “possível”, faz-se necessário o provisionamento para custear eventuais honorários advocatícios.

NOTA 14. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit ou déficit acumulados:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Social	105.169.911	96.963.126
Total	105.169.911	96.963.126

NOTA 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receitas de contribuições (a)	39.422.239	36.792.066
Receitas de contribuições (Fundecoop)	129.763	370.160
Total	39.552.002	37.162.226

(a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre a folha de pagamento) para o SESCOOP Nacional.

NOTA 16. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Vencimentos e remunerações	(7.330.615)	(6.468.320)
Encargos sociais patronais	(2.472.346)	(2.141.399)
Benefícios sociais	(1.337.726)	(1.183.711)
Remunerações variáveis	(16.527)	(54.337)
Total	(11.157.214)	(9.847.767)

NOTA 17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de comunicação	(262.335)	(310.073)
Material de consumo	(228.850)	(204.660)
Ocupação e serviços públicos	(221.487)	(167.748)
Diárias e hospedagens	(179.993)	(178.987)
Passagens e locomoções	(104.941)	(79.889)
Despesas com dirigentes e conselheiros	(85.123)	(50.992)
Material de consumo durável	(10.554)	(10.596)
Total	(1.093.283)	(1.002.945)

NOTA 18. DESPESAS INSTITUCIONAIS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Serviços e divulgações institucionais	(5.168.375)	(4.712.336)
Auxílios financeiros a estudantes	(4.553.817)	(4.013.690)
Auxílios educacionais	(1.540.066)	(1.108.534)
Materiais para treinamento	(1.153.913)	(804.634)
Locações	(86.263)	(125.480)
Premiações	(76.635)	(79.106)
Materiais e divulgação	(75.041)	(60.806)
Total	(12.654.110)	(10.904.586)

NOTA 19. DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Serviços especializados	(13.951.462)	(13.303.853)
Outros serviços	(135.137)	(115.906)
Serviços gerais	(124.717)	(128.343)
Outros serviços de terceiros - PJ	(70.020)	(56.907)
Outros serviços de terceiros - PF	(46.460)	(74.260)
Transportes	(25.757)	(32.630)
Encargos sobre serviços de terceiros	(11.964)	(25.298)
Total	(14.365.517)	(13.737.197)

NOTA 20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	-	-
Receitas de aplicações financeiras e outras receitas financeiras	7.005.828	9.074.916
Despesas financeiras	-	-
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(30.379)	(41.243)
Resultado financeiro	6.975.449	9.033.673

NOTA 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescop Nacional, é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos conselhos administrativo e fiscal.

Porto Alegre/RS, 31 de dezembro de 2018.

Vergilio Frederico Perius
Presidente
CPF 009.116.740-04

Gerson José Lauermann
Superintendente
CPF 408.900.159-53

Norberto Tomasini
Superintendente
CPF 183.577.410-53

Luciana Futuro Pfitscher
Contadora CRCRS 080795/O-0
CPF 009.238.290-83

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros do
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SESCOOP/RS
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul - SESCOOP/RS (Entidade)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul - SESCOOP/RS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019.


MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP
ROGÉRIO MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 – "T" – SP
Sócio Responsável Técnico


LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2
Sócio Responsável Técnico



PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO 2018

Os membros do Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul - SESCOOP/RS, no cumprimento de suas atribuições regulamentares, acompanharam e fiscalizaram a execução financeira e orçamentária, os atos de gestão, a documentação das operações e examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, compostas pelo Balanço Patrimonial e suas respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e correspondentes Notas Explicativas, julgando-as adequadas. Com base nas análises realizadas e amparados no Relatório dos Auditores Independentes, que examinaram as referidas Demonstrações Contábeis e emitiram opinião, sem ressalva, o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho Administrativo do SESCOOP/RS, a aprovação da Prestação de Contas do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Porto Alegre/RS, 22 de março de 2019.

Ari Rosso
Conselheiro Presidente

Alexei Eduardo Gobbi
Conselheiro

Jairton Nunes Vieira
Conselheiro

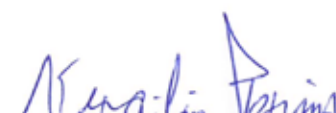


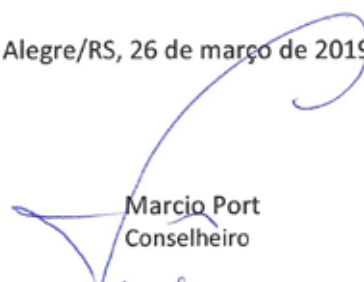
RESOLUÇÃO SESCOOP/RS nº 129 de 26 de março 2019.

Dispõe sobre as Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas do Exercício encerrado em 31/12/2018.

O Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul - SESCOOP/RS, em sua 196ª reunião realizada em 26 de março de 2019, no uso de suas atribuições conferidas no Regimento Interno em seu artigo 5º, inciso III, após análise das Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, e tendo em vista o Relatório de Opinião dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, resolve aprovar a Prestação de Contas do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Porto Alegre/RS, 26 de março de 2019.


Vergílio Frederico Peres
Presidente


Marcio Port
Conselheiro

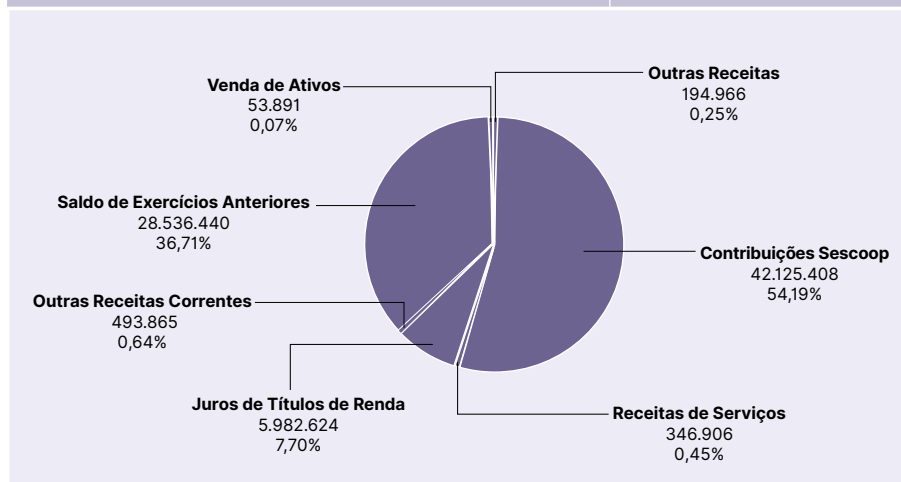

Darci Pedro Hartmann
Conselheiro


José Milton Mirenda
Conselheiro

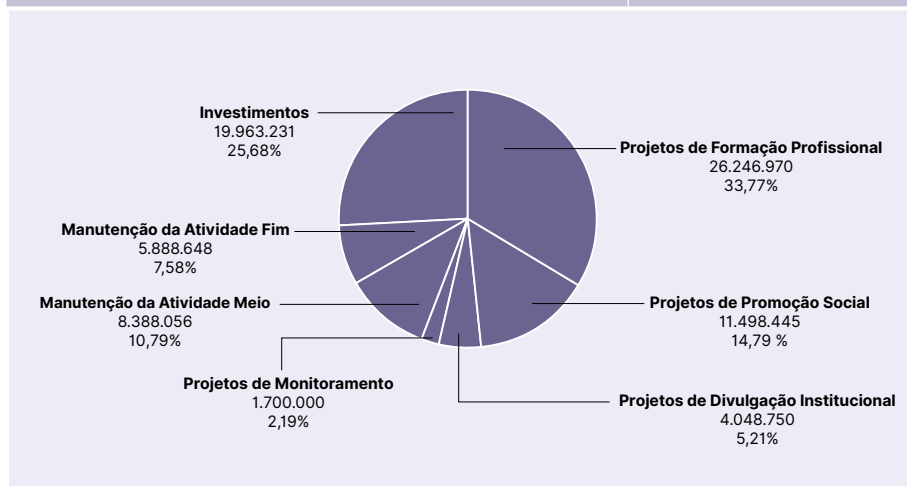

José Zordan
Conselheiro

PLANO DE TRABALHO EXERCÍCIO 2019

Origem dos recursos	Orçado
Contribuições Sescop	42.125.408
Juros de Títulos de Renda	5.982.624
Receitas de Serviços	346.906
Outras Receitas	194.966
Venda de Ativos	53.891
Outras Receitas Correntes	493.865
Saldo de Exercícios Anteriores	28.536.440
Total	77.734.100



Aplicação dos recursos	Orçado
Projetos de Formação Profissional	26.246.970
Projetos de Promoção Social	11.498.445
Projetos de Divulgação Institucional	4.048.750
Projetos de Monitoramento	1.700.000
Manutenção da Atividade Meio	8.388.056
Manutenção da Atividade Fim	5.888.648
Investimentos	19.963.231
Total	77.734.100



SESCOOP/RS – PLANO DE TRABALHO 2019

	Objetivos	Linhas de Ação	Orçado	%	Beneficiários
Objetivos Finalísticos - R\$ 39.445.415 = 50,74%	Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo R\$ 4.210.610	Estimular o aumento da participação de cooperados e familiares nas cooperativas	1.994.442	2,57%	32.342
		Promover a educação cooperativista nas cooperativas e comunidades	2.201.698	2,83%	32.352
		Estimular a formação de cooperativas sustentáveis	14.470	0,02%	700
	Promover a profissionalização da gestão cooperativista R\$ 4.275.387	Desenvolver um portfólio nacional de formação em gestão	3.493.020	4,49%	853
		Qualificar dirigentes e cooperados em gestão cooperativista	729.005	0,94%	1.600
		Disseminar as boas práticas de gestão em cooperativas	53.362	0,07%	320
	Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional R\$ 26.201.047	Oferecer qualificação profissional especializada, prioritariamente por meio da articulação com parceiros e de forma complementar à atuação do Sescoop	26.198.153	33,70%	39.573
		Implementar mecanismos de interiorização e soluções tecnológicas que aumentem o alcance das qualificações e o atendimento às cooperativas	2.894	0,00%	50
	Promover a profissionalização da governança cooperativista R\$ 590.890	Qualificar dirigentes e cooperados em governança cooperativista	564.844	0,73%	1.058
		Preparar e desenvolver atuais e novas lideranças nas cooperativas	26.046	0,03%	240
	Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas	Avaliar permanentemente o desempenho das cooperativas para a melhoria de sua gestão e governança	1.700.000	2,19%	10
	Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança do trabalho e de qualidade de vida R\$ 1.912.805	Promover e apoiar práticas de saúde e segurança no trabalho	37.560	0,05%	865
		Estimular e apoiar as cooperativas no cumprimento das normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho	1.836.258	2,36%	16.984
		Incentivar a adoção de estilo de vida saudável pelas cooperativas	38.987	0,05%	1.030
	Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental R\$ 554.676	Estimular a adoção de ações de responsabilidade socioambiental pelas cooperativas	544.676	0,70%	26.050
Identificar e disseminar boas práticas de responsabilidade socioambiental pelas cooperativas		10.000	0,01%	100	
Objetivos de Gestão e de Sistema R\$ 38.228.685 = 49,26%	Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores	Ampliar e intensificar o desenvolvimento das competências e de retenção de talentos, alinhadas aos desafios do cooperativismo	125.500	0,16%	237
	Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos	Segmentar os públicos e os instrumentos de comunicação	4.048.750	5,21%	3.730
	Manutenção da Estrutura e Investimentos R\$ 34.114.435	Pessoal Área Meio	6.072.089	7,81%	-
		Pessoal Área Fim	5.054.336	6,50%	-
		Manutenção da Estrutura Área Meio	2.190.467	2,82%	-
		Manutenção da Estrutura Área Fim	834.312	1,07%	-
Investimentos	19.963.231	25,68%	-		
Total do Plano de Trabalho - Exercício 2019			77.734.100	100,00%	158.094

AS HISTÓRIAS MAIS INSPIRADORAS SÃO AS REAIS.



Acesse o site historiasreais.com.br e conheça as histórias de quem conquistou o protagonismo em suas vidas e gerou transformação em sua comunidade através do cooperativismo.

CONHEÇA QUEM ESTÁ TRANSFORMANDO VIDAS ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO.



cooperativismo
A GRANDE FORÇA DO RIO GRANDE

somos **coop**

INTERAÇÃO
COOPERATIVISTA
PARA UM MUNDO
MELHOR


SESCOOP/RS
Serviço Nacional de Aprendizagem do
Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul

princípios do cooperativismo

- Adesão voluntária e livre
- Gestão democrática pelos associados
- Participação econômica dos associados
- Autonomia e independência
- Educação, formação e informação
- Intercooperação
- Compromisso com a comunidade



Interação cooperativista
para um mundo melhor